

O. PALMER ROBERTSON

# O CRISTO DOS PACTOS

Uma análise exegética e  
teológica das sucessivas  
alianças bíblicas e do seu  
papel no desenvolvimento  
da revelação de Deus

2ª edição



*O Cristo dos Pactos* © 2002, Editora Cultura Cristã. Publicado originalmente nos Estados Unidos da América com o título *The Christ of the Covenants* © 1980 O. Palmer Robertson, por Presbyterian & Reformed Publishing, 1102, Marble Road, Philipsburg, Nova Jersey, 08865, USA. Traduzido com permissão. Todos os direitos são reservados.

1ª edição – 2002 – 3.000 exemplares  
2ª edição – 2011 – 3.000 exemplares  
1ª reimpressão 2018 – 3.000 exemplares

#### **Conselho Editorial**

Antônio Coine  
Carlos Henrique Machado  
Cláudio Marra (*Presidente*)  
Filipe Fontes  
Heber Carlos de Campos Jr  
Marcos André Marques  
Misael Batista do Nascimento  
Tarcízio José de Freitas Carvalho

#### **Produção Editorial**

*Tradução*  
Américo Justiniano Ribeiro  
*Revisão*  
Ana Elis Nogueira de Magalhães  
Paulo Arantes  
Wilson Ferreira de Souza Neto  
*Formatação e capa*  
OM Designers Gráficos

---

C933c O Cristo dos Pactos / O. Palmer Robertson; traduzido por Américo Justiniano Ribeiro. \_ São Paulo: Cultura Cristã, 2ª ed. 2011

240 p.; 16x23cm

Tradução de *The Christ of the covenants*

ISBN 978-85-7622-379-5

Estudo Bíblico 2. Teologia da Aliança I. Título

CDD 248.4

---

A posição doutrinária da Igreja Presbiteriana do Brasil é expressa em seus “símbolos de fé”, que apresentam o modo Reformado e Presbiteriano de compreender a Escritura. São esses símbolos a *Confissão de Fé de Westminster* e seus catecismos, o *Maior* e o *Breve*. Como Editora oficial de uma denominação confessional, cuidamos para que as obras publicadas espelhem sempre essa posição. Existe a possibilidade, porém, de autores, às vezes, mencionarem ou mesmo defenderem aspectos que refletem a sua própria opinião, sem que o fato de sua publicação por esta Editora represente endosso integral, pela denominação e pela Editora, de todos os pontos de vista apresentados. A posição da denominação sobre pontos específicos porventura em debate poderá ser encontrada nos mencionados símbolos de fé.



EDITORA CULTURA CRISTÃ

Rua Miguel Teles Júnior, 394 – CEP 01540-040 – São Paulo – SP

Fones: 0800-0141963 / (11) 3207-7099 – Fax (11) 3209-1255

[www.editoraculturacrista.com.br](http://www.editoraculturacrista.com.br) – [cep@cep.org.br](mailto:cep@cep.org.br)

Superintendente: Haveraldo Ferreira Vargas

Editor: Cláudio Antônio Batista Marra

# Sumário

|                |   |
|----------------|---|
| Prefácio ..... | 9 |
|----------------|---|

## **Primeira Parte**

### INTRODUÇÃO ÀS ALIANÇAS DIVINAS

|   |    |
|---|----|
| 1. A natureza das alianças divinas.....   | 13 |
| 2. A extensão das alianças divinas .....  | 23 |
| 3. A unidade das alianças divinas.....    | 31 |
| 4. Diversidade nas alianças divinas ..... | 51 |

## **Segunda Parte**

|                               |    |
|-------------------------------|----|
| 5. A aliança da criação ..... | 61 |
|-------------------------------|----|

## **Terceira Parte**

### A ALIANÇA DA REDENÇÃO

|  |     |
|--|-----|
| 6. Adão: a aliança do começo .....   | 81  |
| 7. Noé: a aliança da preservação.....  | 93  |
| 8. Abraão: a aliança da promessa.....  | 107 |
| 9. O selo da aliança abraâmica.....  | 123 |
| 10. Moisés: a aliança da Lei.....  | 139 |
| 11. Excurso – alianças ou dispensações:<br>qual dessas estrutura a Bíblia? ..... | 165 |
| 12. Davi: a aliança do reino .....   | 187 |
| 13. Cristo: a aliança da consumação.....   | 217 |

# Prefácio

Este livro concentra-se em duas áreas essenciais ao interesse da interpretação bíblica atual: o significado das alianças de Deus e a relação entre os dois testamentos. Mediante a correta compreensão das iniciativas de Deus em estabelecer alianças na história, será lançado um sólido fundamento para a solução da complexa questão da relação entre os dois testamentos.

Basicamente todas as escolas de interpretação bíblica, hoje, têm apreciado o significado das alianças para a compreensão da mensagem distintiva das Escrituras. Que o Senhor da aliança abençoe essa presente discussão, de tal maneira que infunde nos corações dos homens de todas as nações um amor mais completo por aquele que se fez “uma aliança para os povos”.

O. Palmer Robertson  
Covenant Theological Seminary  
St. Louis, Missouri  
1º de setembro de 1980

---

\*Nota do editor: mantivemos a palavra pacto, escolhida para o título na primeira edição, mas conservamos no texto a palavra aliança, conforme a Almeida Revista e Atualizada, tradução bíblica adotada.

| P r i m e i r a   p a r t e |

**Introdução às  
alianças divinas**

# 1 | A natureza das alianças divinas

O que é aliança?

Pedir a definição de “aliança” é como pedir a definição de “mãe”. Pode-se definir mãe como a pessoa que nos trouxe ao mundo. Essa definição pode ser formalmente correta, mas quem se sentirá satisfeito com ela?

As Escrituras testificam com clareza a respeito do significado das alianças divinas. Deus entrou, repetidamente, em relação de aliança com indivíduos. Encontram-se referências explícitas na aliança divina estabelecida com Noé (Gn 6.18), Abraão (Gn 15.18), Israel (Êx 24.8) e Davi (Sl 89.3). Os profetas de Israel predisseram a vinda dos dias da “nova” aliança (Jr 31.31), e o próprio Cristo falou sobre a última ceia em linguagem de aliança (Lc 22.20).

Porém, o que é aliança?

Alguns irão desencorajar qualquer esforço no sentido de se apresentar uma definição sumária de “aliança”, a qual abranja todos os vários usos do termo na Escritura. Irão sugerir que os múltiplos e diferentes contextos em que a palavra ocorre implicam em muitos sentidos diferentes.<sup>1</sup>

Qualquer definição do termo “aliança” deve admitir claramente uma amplitude tão extensa quanto o exigem os dados da Escritura. Todavia, a própria integridade da história bíblica, ao ser determinada pelas alianças de Deus, sugere uma unidade abrangente no conceito de aliança.

---

<sup>1</sup> Cf. D. J. McCarthy, “Covenant in the Old Testament: The Present State of Inquiry”, *Catholic Biblical Quarterly* 27 (1965): 219, 239. Delbert R. Hillers comenta a respeito da tarefa de se definir aliança em *Covenant: The History of a Biblical Idea* (Baltimore, 1969), p. 7: “Não é o caso dos seis cegos e o elefante, mas de um grupo de eruditos paleontólogos criando monstros diferentes a partir dos fósseis de seis espécies distintas”.

O que é, então, aliança? Como você define a relação de aliança entre Deus e o seu povo?<sup>2</sup>

Aliança é um *pacto de sangue soberanamente administrado*. Quando Deus entra em relação de aliança com os homens, ele institui de maneira soberana um pacto de vida e morte. A aliança é um pacto de sangue, ou um pacto de vida e morte, soberanamente administrado.

Três aspectos dessa definição das alianças divinas devem ser considerados com muito cuidado.

## Aliança é um pacto

Em seu aspecto mais essencial, aliança é aquilo que une pessoas. Nada está mais perto do cerne do conceito bíblico de aliança que a imagem de um laço inviolável.

Extensas investigações sobre a etimologia do termo do Antigo Testamento para “aliança” (בְּרִית) têm-se provado inconclusivas na determinação do sentido da palavra.<sup>3</sup> Todavia, o uso contextual do termo nas Escrituras indica, de maneira razoavelmente consistente, o conceito de “pacto” ou “relacionamento”.<sup>4</sup> É sempre uma pessoa, Deus ou o homem, quem faz

<sup>2</sup> O próprio fato de que a Escritura fala de alianças “divinas”, alianças feitas por Deus com seu povo, pode ter grande significado em si mesmo. Aparentemente, esse fenômeno de alianças divinas não ocorre fora de Israel. “Fora do Antigo Testamento não temos evidência clara de um tratado entre um deus e seu povo”, diz Ronald E. Clements, em *Abraham and David: Genesis 15 and its Meaning for the Israelite Tradition* (Naperville, Ill., 1967), p. 83. Cf. também o comentário de David Noel Freedman em “Divine Commitment and Human Obligation”, *Interpretation* 18 (1964): 420: “Não há paralelos convincentes no mundo pagão...”, com relação às alianças de Deus com o homem, como encontradas na Bíblia.

<sup>3</sup> O caráter inconclusivo da evidência etimológica é geralmente reconhecido. Cf. Moshe Weinfeld, *Theologisches Wörterbuch zum Alten Testament* (Stuttgart, 1973), p. 783; Leon Morris, *The Apostolic Preaching of the Cross* (Londres, 1955), p. 62ss. Uma sugestão aponta para o verbo *barah*, que significa “comer”. Se for esse o caso, a referência pode ser à refeição sagrada que muitas vezes estava associada com o processo de firmar uma aliança. Martin Noth, “Old Testament Covenant-Making in the Light of a Text from Mari” em *The Laws in the Pentateuch and Other Essays* (Edimburgo, 1966), p. 122, argumenta contra essa hipótese. Ele sugere que a frase “cortar uma aliança” envolve uma alusão aos métodos diferentes de se firmar uma aliança. Por um lado, indica a automaldição da divisão animal. Por outro, indica a participação numa refeição de aliança. Noth é a favor da sugestão de que “aliança” deriva-se do acadiano *birīt*, que se relaciona com a preposição hebraica בֵּין “entre”. Ele elabora um processo de múltiplos passos, pelo qual o termo alcançou independência adverbial por meio da frase “matar um asno no meio”, adquirindo o sentido substantivo de “uma mediação”, o que requereu conseqüentemente a introdução de uma segunda preposição “entre”, e finalmente evoluiu para a palavra normal “aliança”, que pode ser usada com outros verbos além do “cortar” (entre). Uma terceira sugestão etimológica sugere a raiz acadiana *baru*, “amarrar, prender”, e o substantivo relacionado *biritu*, “faixa” ou “grilhão”. Weinfeld, op. cit., p. 783, considera esta última sugestão como a mais provável.

<sup>4</sup> As recentes argumentações de E. Kutsch, de que o termo “aliança” significa “obrigação” ou “compromisso” são, na verdade, fascinantes. Mas não são adequadas para derrubar o conceito básico de que uma aliança é um “pacto”. Kutsch argumenta que a definição de “aliança” como “obrigação” é válida se o tipo de aliança é aquele em que a pessoa se “obriga”, é “obrigada” por um poder externo, ou chega a uma “obrigação” mútua com uma parte igual. Ele observa, também, que o paralelismo hebraico frequentemente alterna “aliança” com “estatuto” e “juramento”, fato que, a seu ver, favorece o sentido de “obrigação” (E. Kutsch, “Gottes Zuspruch und Anspruch. *berit* in der alttestamentlichen Theologie”,

uma aliança. Ainda mais, é outra pessoa que se contrapõe como a outra parte da aliança, com poucas exceções.<sup>5</sup> O resultado de um compromisso de aliança é o estabelecimento de uma relação “em conexão com”, “com” ou “entre” pessoas.<sup>6</sup>

O elemento formalizador essencial ao estabelecimento de todas as alianças divinas, nas Escrituras, é uma declaração verbalizada do caráter do pacto que está sendo estabelecido. Deus fala para estabelecer sua aliança. Fala graciosamente ao comprometer-se com suas criaturas e ao declarar a base sobre a qual se relacionará com sua criação.

A preeminência de juramentos e sinais nas alianças divinas realça o fato de que a aliança, em sua essência, é um pacto. A aliança estabelece o compromisso de uma pessoa com outra.<sup>7</sup>

Um juramento obrigatório de aliança pode assumir várias formas. Em um ponto, pode envolver um juramento verbal (Gn 21.23, 24, 26, 31; 31.53; Êx 6.8; 19.8; 24.3,7; Dt 7.8,12; 29.13; Ez 16.8). Em outro ponto, algum ato simbólico pode estar ligado ao compromisso verbal, tal como a concessão

em *Questions disputées d'Ancien Testament* (Gembloux, 1974), p. 71ss. Discordância cordial com a teoria de Kutsch, como expressa em artigos mais antigos, é registrada por D. J. McCarthy em “Berit and Covenant in the Deuteronomistic History”, em *Studies in the Religion of Ancient Israel, Supplement to Vetus Testamentum*, 23 (1972): 81ss. McCarthy conclui que a tradução tradicional pode permanecer, apesar dos argumentos de Kutsch. Embora as alianças divinas invariavelmente envolvam obrigações, seu propósito último vai além do cumprimento garantido de um dever. Ao contrário, é a interrelação pessoal de Deus com seu povo que está no cerne da aliança. Esse conceito de cerne da aliança foi percebido na história dos investigadores da aliança desde os dias de John Cocceius, como se vê por sua ênfase sobre o efeito da aliança no estabelecimento da paz entre as partes. Cf. Charles Sherwood McCoy, *The Covenant Theology of Johannes Cocceius* (New Haven, 1965), p. 166.

<sup>5</sup> Uma exceção seria Gênesis 9.10,12,17, onde Deus estabelece uma aliança com os animais do campo. Cf. também Oseias 2.18; Jeremias 33.20, 25. A despeito do papel das partes impessoais com relação à aliança, nessas passagens, é ainda um “pacto” que está sendo estabelecido com elas.

<sup>6</sup> As preposições ׀ב, ׀ע, ׀ה e ׀ז podem ser usadas para descrever essa relação.

<sup>7</sup> Há muitas evidências em apoio ao significado do juramento no processo de fazer aliança. Para uma completa exposição da evidência de que um juramento pertencia à essência da aliança, veja a obra de G. M. Tucker, “Covenant Forms and Contract Forms”, *Vetus Testamentum*, 15 (1965): 487-503.

Embora o juramento apareça várias vezes em relação a uma aliança, não é claro que uma cerimônia formal de fazer um juramento era absolutamente essencial ao estabelecimento de uma relação de aliança. Nem na aliança com Noé, nem na com Davi, se menciona de maneira explícita a declaração de juramento no ponto histórico em que essas alianças foram feitas, embora a Escritura, subsequentemente, mencione um juramento em associação a ambas (Gn 9; 2Sm 7; cf. Is 54.9; Sl 89.34s.). Na sua análise, agora clássica, dos elementos dos tratados de suserania hitita, George A. Mendenhall primeiro arrola os seis elementos básicos do tratado. Essa lista não inclui um juramento. Mendenhall comenta: “Sabemos que outros fatores estavam envolvidos, porque a confirmação do tratado não se dava pela simples minuta de uma forma escrita” (“Covenant Forms in Israelite Tradition”, *The Biblical Archeologist* 17 [1954]: 60s.). É com base nisso que Mendenhall continua para introduzir o item sete na forma do tratado, que ele chama de “o juramento formal”. Todavia, ele mesmo se sente compelido a acrescentar: “Embora não tenhamos nenhuma luz a respeito de sua forma e conteúdo”.

A Escritura não meramente sugere que a aliança contém, de modo geral, um juramento. Em vez disso, pode ser afirmado que uma aliança é um juramento. O compromisso da relação de aliança une as pessoas em uma solidariedade equivalente aos resultados alcançados por um processo formal de se fazer um juramento. O “juramento” capta tão adequadamente o relacionamento atingido pela “aliança”, que os termos podem ser intercambiáveis (cf. Sl 89.3, 34s; 105.8-10). O processo formalizante de fazer juramento pode estar presente ou não. Mas um compromisso com caráter de aliança resultará inevitavelmente numa obrigação altamente solene.



de uma dádiva (Gn 21.28-32), o comer uma refeição (Gn 26.28-30; 31.54; Êx 24.11), o erguimento de um memorial (Gn 31.44s.; Js 24.27), o espargir de sangue (Êx 24.8), o oferecimento de sacrifício (Sl 50.5), o passar de baixo do cajado (Ez 20.37), ou o dividir animais (Gn 15.10,18). Em várias passagens da Escritura, a relação integral do juramento com a aliança é apresentada de modo mais claro pelo paralelismo da construção (Dt 29.12; 2Rs 11.4; 1Cr 16.16; Sl 105.9; 89.3-4; Ez 17.19). Nesses casos, o juramento se alterna com a aliança, e a aliança com o juramento.

Essa estreita relação entre juramento e aliança enfatiza o fato de que a aliança, em sua essência, é um pacto. Mediante a aliança as pessoas tornam-se comprometidas umas com as outras.

A presença de sinais, em muitas das alianças bíblicas também enfatiza que as alianças divinas unem as pessoas. O sinal do arco-íris, o selo da circuncisão, o sinal do Sábado – esses sinais da aliança reforçam seu caráter de ligação. Um compromisso interpessoal que pode ser garantido entra em vigor por meio de um pacto com caráter de aliança. Da mesma forma como uma noiva e um noivo trocam as alianças como um “sinal e penhor” de sua “fidelidade constante e amor permanente”, assim também os sinais da aliança divina simbolizam a permanência do pacto entre Deus e seu povo.

## Aliança é um pacto de sangue

A expressão “pacto de sangue”, ou pacto de vida e morte, expressa o caráter absoluto do compromisso entre Deus e o homem no contexto da aliança. Ao iniciar alianças, Deus jamais entra em relação casual ou informal com o homem. Em vez disso, as implicações de suas alianças estendem-se às últimas consequências de vida e morte.

A terminologia básica que descreve o estabelecimento de uma relação de aliança vivifica a intensidade de vida e morte dos pactos divinos. A frase traduzida por “fazer uma aliança”, no Antigo Testamento, significa literalmente “cortar uma aliança”.

Essa frase “cortar uma aliança” não aparece apenas num estágio na história das alianças bíblicas. Ao contrário, ocorre proeminentemente ao longo de todo o Antigo Testamento. A Lei,<sup>8</sup> os Profetas<sup>9</sup> e os Escritos,<sup>10</sup> todos contêm a frase repetidas vezes.

Poderia ser suposto que o passar do tempo diluiria a vividez da imagem contida na frase “cortar uma aliança”. Todavia, a evidência de uma perma-

<sup>8</sup> Gênesis 15.18; 21.27, 32; 26.28; 31.44; Êxodo 23.32, 34; 24.8; 34.10,12,15,17; Deuteronômio 4.23; 5.2-3; 7.2; 9.9; 29.1,12,14,25,29; 31.16.

<sup>9</sup> Josué 9.6ss.; 24.25; Juízes 2.2; 1Samuel 11.1-2; 2Samuel 3.12ss.; 1Reis 5.12ss.; 2Reis 7.15ss.; Isaías 28.15; 55.3; Jeremias 11.10; 31.31ss.; Ezequiel 17.13; Oseias 2.18; Ageu 2.5; Zacarias 11.10.

<sup>10</sup> Jó 31.1; Salmo 50.5; 1 Crônicas 11.3; 2Crônicas 6.11; Esdras 10.3; Neemias 9.8.

nente consciência da plena importância da frase aparece tanto em alguns dos mais antigos textos das Escrituras, quanto em passagens associadas com a própria finalidade da presença de Israel na terra da Palestina. O registro original do estabelecimento da aliança abraâmica, carregado como está com sinais internos de antiguidade, primeiro apresenta ao leitor bíblico o conceito de “cortar uma aliança” (cf. Gn 15). E, na outra extremidade da história de Israel, a advertência profética de Jeremias a Zedequias, na época do cerco de Jerusalém por Nabucodonosor, está literalmente repleta de alusões à teologia de “cortar a aliança” (cf. Jr 34).

Uma indicação adicional do significado permanente dessa frase está no fato de que ela se relaciona com todos os três tipos básicos de aliança. É empregada para descrever alianças estabelecidas pelo homem com o homem,<sup>11</sup> alianças estabelecidas por Deus com o homem<sup>12</sup> e alianças estabelecidas pelo homem com Deus.<sup>13</sup>

É particularmente notável o fato de que o verbo “cortar” pode ficar sozinho e, ainda assim, significar claramente “cortar uma aliança”.<sup>14</sup> Esse uso indica quão essencialmente o conceito de “cortar” veio a relacionar-se com a ideia de aliança nas Escrituras.

Esse relacionamento, de um processo de “cortar” com o estabelecimento de uma aliança, manifesta-se por todas as antigas línguas e culturas do Oriente Médio. Não somente em Israel, mas em muitas culturas circunvizinhas o caráter obrigatório de uma aliança está relacionado com a terminologia de “cortar”.<sup>15</sup>

Não somente a terminologia, mas os rituais comumente associados com o estabelecimento da aliança refletem, de maneira dramática, um processo de “cortar”. Quando se faz uma aliança, os animais são “cortados” em uma

<sup>11</sup> Gênesis 21.27, 32; 2Samuel 3.12, 13.

<sup>12</sup> Gênesis 15.18 (Abraâmico); Êxodo 24.8 e Deuteronômio 5.2 (Mosaico); 2Crônicas 21.7 e Salmo 89.3 (Davidico); Jeremias 31.31, 33 e Ezequiel 37.26 (Novo). A frase não é usada em conexão com a aliança de Noé.

<sup>13</sup> Essas relações de aliança iniciadas pelo homem com Deus devem ser entendidas em um contexto de revelação de aliança. É somente com base em uma relação previamente existente que o homem pode ousar entrar em aliança com Deus. Cf. 2Reis 11.17; 23.3; 2Crônicas 29.10.

<sup>14</sup> 1Samuel 11.1-2; 20.16; 22.8; 1Reis 8.9; 2Crônicas 7.18; Salmo 105.9; Ageu 2.5. Noth, op.cit., p. 111, não considera essa frase mais curta como contendo uma elipse à qual o termo “aliança” devesse ser acrescentado. Em vez disso, ele propõe que a frase “cortar entre”, como ocorre nessas passagens, seja considerada como uma “expressão particularmente antiga e original”, servindo como equivalente linguístico da frase “matar (um asno)”, como se acha nos textos de Mari. Essa análise da frase corresponde à hipótese elaboradamente desenvolvida por Noth, segundo a qual o termo “aliança” deriva-se etimologicamente da palavra “entre”, como já foi mencionado. De acordo com sua construção, “cortar entre” representa uma forma bem mais antiga da frase, anterior ao tempo em que “entre” evoluiu para um uso nominal, exigindo assim a introdução de um segundo “entre”, resultando daí que a frase seria lida na sua forma mais familiar “cortar uma aliança entre”. Noth não se aventura a explicar porque a frase “cortar uma aliança” aparece nos textos mais antigos (i.e., Gn 15.18), ou porque a forma abreviada ocorre ainda em textos pós-exílicos (i.e., Ag 2.5).

<sup>15</sup> Para uma apresentação completa da evidência extrabíblica, veja Dennis J. McCarthy, *Treaty and Covenant* (Roma, 1963), p. 52ss.

cerimônia ritual. O exemplo mais claro desse procedimento nas Escrituras está em Gênesis 15, na ocasião em que foi feita a aliança abraâmica. Primeiro, Abraão divide uma série de animais e põe os pedaços uns defronte dos outros. Então, uma representação simbólica de Deus passa por entre os pedaços divididos. O resultado é o “fazer” ou “cortar” uma aliança.

Qual é o significado dessa divisão de animais no momento do estabelecimento da aliança? Tanto a evidência bíblica quanto a extrabíblica combinam no sentido de confirmar um significado específico para esse ritual. A divisão do animal simboliza um “penhor de morte” no momento do compromisso da aliança. Os animais desmembrados representam a maldição que o autor da aliança invoca sobre si mesmo caso viole o compromisso feito.

Essa interpretação encontra forte apoio nas palavras do profeta Jeremias. Quando ele recorda a infidelidade de Israel para com seus compromissos de aliança, lembra-lhes do ritual pelo qual eles “passaram entre as partes do bezerro” (Jr 34.18). Em decorrência da sua transgressão, eles invocaram sobre si as maldições da aliança. Portanto, poderão esperar o desmembramento dos seus próprios corpos. Seus cadáveres “servirão de pasto às aves dos céus e aos animais da terra” (Jr 34.20).

É nesse contexto de estabelecimento de aliança que a frase bíblica “cortar uma aliança” deve ser entendida.<sup>16</sup> Integrante dessa mesma terminologia, que descreve o estabelecimento de uma relação de aliança, é o conceito de um penhor de vida e morte. Uma aliança é, na verdade, um “pacto de sangue”, ou um pacto de vida e morte.<sup>17</sup>

Essa expressão “pacto de sangue” concorda de maneira ideal com a ênfase bíblica em que “sem derramamento de sangue, não há remissão” (Hb 9.22). O sangue tem relevância nas Escrituras porque representa vida, não porque é rude ou cruel. A vida está no sangue (Lv 17.11), e por isso o derramamento de sangue representa um julgamento sobre a vida.

A imagem bíblica do sacrifício de sangue enfatiza a inter-relação de vida e sangue. O derramamento da vida-sangue significa o único meio de livramento das obrigações da aliança, uma vez contraída. Uma aliança é

<sup>16</sup> John Murray, em sua obra *The Covenant of Grace* (Grand Rapids, 1954), p. 16, n. 19, julga que a evidência para o entendimento dessa frase como se referindo ao corte ou partir de animais não corresponde a uma confirmação segura, embora reconheça que não parece haver outra explicação satisfatória. Meredith G. Kline, *By Oath Consigned* (Grand Rapids, 1968), p. 42, aceita essa explicação no curso de sua argumentação, e cita a evidência corroborativa de outros estudos atuais sobre o assunto. Talvez a “luz... de outras fontes” que estava faltando, segundo o julgamento prematuro de Murray, possa ser encontrada em uma obra como a de McCarthy, *Treaty and Covenant*, p. 5ss.

<sup>17</sup> A erudição recente tem manifestado a tendência de estender o conceito de “cortar uma aliança” em muitas direções, com frequência sem comprovação adequada. Erich Isaac, em “Circumcision as a Covenant Rite” *Anthropos* 59 (1961), p. 447, sugere que a invocação do céu e da terra como testemunhas da aliança, em Deuteronômio 4.26, está relacionado com o “cortar” de uma aliança por meio da alusão ao mito babilônico da criação, que envolvia a divisão de um ser primeiro para formar o céu e a terra. W. F. Albright aceita a sugestão de A. Goetze, de que a divisão da concubina do levita (Jz 19.29) e o corte do boi por Saul (1Sm 11.7) tinham como intenção renovar a aliança tribal de Israel (Resenha de “The Hittite Ritual of Tunnawi” de A. Goetze, em *Journal of Biblical Literature* 59 (1940), p. 316.

um “pacto de sangue” que obriga os participantes à fidelidade, sob pena de morte. Uma vez firmada a relação de aliança, nada menos que o derramamento de sangue pode libertar das obrigações contraídas, no caso de violação da aliança.

É precisamente nesse ponto que deve ser rejeitado o esforço para relacionar a ideia de “aliança”, na vida e na experiência de Israel, com o conceito de uma “última vontade e testamento”. É simplesmente impossível fazer justiça ao conceito bíblico de “aliança” e, ao mesmo tempo, introduzir uma ideia de “testamento e disposição de última vontade”.<sup>18</sup>

O principal ponto de confusão entre esses dois conceitos, de “aliança” e “testamento”, decorre do fato de que ambos, “aliança” e “testamento”, relacionam-se com a “morte”. A morte é essencial tanto para ativar o testamento e a disposição de última vontade, quanto para inaugurar uma aliança. Por causa dessa semelhança, os dois conceitos têm sido confundidos.

Entretanto, as duas ideias, de aliança e testamento, realmente divergem radicalmente quanto ao significado. A semelhança é somente formal quanto à natureza. Tanto “aliança” quanto “testamento” relacionam-se intimamente com a “morte”. Porém a morte se relaciona com cada um desses conceitos de duas maneiras muito diferentes.

No caso de uma “aliança”, a morte está no princípio da relação entre as duas partes, simbolizando o potencial fator de maldição na aliança. No caso de um “testamento”, a morte está no final da relação entre as duas partes, efetivando uma herança.

A morte do autor da aliança aparece em dois estágios distintos. Primeiro, aparece na forma de uma representação simbólica da maldição, pressupondo uma possível violação da aliança. Mais tarde, a parte que viola a aliança experimenta realmente a morte como consequência do seu compromisso anterior.

A morte do testador não aparece em dois estágios. Nenhuma representação simbólica de morte acompanha a elaboração de um testamento. O testador não morre como consequência da violação do seu testamento e disposição de última vontade.

As estipulações do testamento e disposição de última vontade presumem, inerentemente, ser a morte inevitável, e todas as suas estipulações são elaboradas sobre esse fato. Mas as estipulações de uma aliança oferecem as opções de vida ou morte. A representação da morte é essencial ao estabelecimento de uma aliança. O animal consagrado deve ser morto para produzir uma aliança, mas não é de todo necessário que uma parte ligada à aliança

---

<sup>18</sup> Cf. *Theology of the Older Testament* (Grand Rapids, 1962), de J. Barton Payne. Payne organizou a totalidade de sua teologia do Antigo Testamento com base em um entendimento de aliança à luz do conceito de “última vontade e testamento”. Note também sua argumentação em “The Berith of Yahweh”, *New Perspectives on the Old Testament* (Waco, 1970), p. 252.

realmente morra. Somente no caso da violação da aliança ocorre a morte real do autor da aliança.

É no contexto da morte pactual, não da morte testamentária, que a morte de Jesus Cristo deve ser entendida. A morte de Cristo foi um sacrifício substitutivo. Cristo morreu como um substituto do infrator da aliança. A substituição é essencial para a compreensão da morte de Cristo.

Todavia, a morte em substituição de outro não tem lugar algum na elaboração de um testamento e disposição de última vontade. O testador morre no seu próprio lugar, não no lugar de outrem. Nenhuma outra morte pode substituir a morte do testador.

Porém Cristo morreu no lugar do pecador. Por causa das violações da aliança, os homens foram condenados a morrer. Cristo tomou sobre si mesmo as maldições da aliança e morreu no lugar do pecador. Sua morte foi pactual, não testamentária.

Certamente é verdade que o cristão é apresentado nas Escrituras na condição de herdeiro de Deus. Mas é herdeiro pelo processo de adoção na família do Deus que nunca morre, não pelo processo de disposição testamentária.

No nível popular, admite-se que a Ceia do Senhor foi a ocasião em que Cristo manifestou o seu testamento e disposição de última vontade. Contudo, deve ser lembrado que o que se celebrou naquela ocasião foi uma refeição pactual. No contexto da refeição pactual da Páscoa, Jesus introduziu as estipulações da refeição da nova aliança. Sua intenção era claramente proclamar-se como o Cordeiro Pascal, que estava tomando sobre si mesmo as maldições da aliança. Sua morte foi vicária; seu sangue foi “derramado” por seu povo. Suas palavras não foram as de uma disposição testamentária, mas de cumprimento e inauguração de aliança.

O conceito de aliança do Antigo Testamento não deve ser reinterpretado em termos de um testamento e disposição de última vontade. A perspectiva do povo do Antigo Testamento quanto à sua relação com Deus era consistentemente de aliança. Simplesmente não se pode fazer um completo redirecionamento do seu pensamento.

Mesmo em uma escala mais modesta, o conceito de “testamento” não pode substituir o de aliança nas Escrituras do “Antigo Testamento”.<sup>19</sup> A presença de estipulações nas formas de tratado do antigo Oriente Próximo, relativas aos arranjos de sucessão, não provê base adequada para se impor a ideia “testamentária” ao conceito bíblico de aliança.<sup>20</sup> Um acordo com

<sup>19</sup> O leitor aprecia a situação um tanto jocosa do autor a essa altura. Ele está tentando argumentar contra a abordagem que entende “aliança” como significando “testamento e disposição de última vontade”, enquanto que, a cada passo, é obrigado a referir-se “à Escritura do Antigo Testamento” por causa da divisão tradicional da Bíblia.

<sup>20</sup> Cf. a obra de Meredith G. Kline, *Treaty of the Great King* (Grand Rapids, 1963), p. 39ss. Kline observa o registro da morte de Moisés e suas bênçãos sobre as tribos de Israel como se acham em

caráter de tratado pode incluir arranjos de sucessão como parte de suas relações. Mas a inclusão de tal seção não cria um documento testamentário. Todas as estipulações de última vontade e testamento aguardam a morte do testador. Certamente esse não é o caso com respeito aos compromissos de aliança que Deus fez com seu povo ao longo dos tempos.

Uma “aliança” pode incluir aspectos que assegurem a continuidade de suas estipulações para uma época posterior ao povo que vive então. Na verdade, as alianças bíblicas estendem-se a “milhares de gerações” (Dt 7.9; Sl 105.8). Mas essas estipulações não transformam a aliança em última vontade e testamento.

Uma aliança não é um testamento.

Uma aliança é um pacto de sangue. Envolve compromissos com consequências de vida e morte. No ato do estabelecimento da aliança, as partes se comprometem mutuamente, por meio de um processo formal de derramamento de sangue. Esse derramamento de sangue representa a intensidade do compromisso da aliança. Por meio da aliança, elas se ligam para a vida e para a morte.

---

Deuteronômio 33-34. Ele se aventura a designar essas bênçãos como “testamentárias”, e sugere que elas demonstram “a mistura das formas de aliança e de testamento” (p. 40). Entretanto, nenhuma evidência sugere que a bênção tribal de Deuteronômio 33 dependia da morte de Moisés para entrar em vigor. Essa bênção, proferida antes da morte, não é a mesma coisa que uma disposição testamentária. Kline reconhece que testamento e aliança de suserania simplesmente não são equivalentes (p. 40). Mas então ele tenta relacionar as duas ideias com base na estipulação de aliança para sucessão dinástica. Sugere que o livro de Deuteronômio, como um todo, era “um testamento mosaico” da perspectiva de Josué como sucessor indicado de Moisés, enquanto que, ao mesmo tempo, era uma aliança da perspectiva do povo. Não pode ser esse o caso. O documento deuteronômico não pode mudar seu caráter literário básico simplesmente por ser visto de uma perspectiva diferente. Kline apresentou o argumento mais convincente até hoje de que Deuteronômio, na sua totalidade, é um documento de aliança. Se o livro possui essa forma básica, não pode transformar-se repentinamente em documento testamentário simplesmente porque Josué é quem o observa. A sucessão de Moisés por Josué é uma estipulação da aliança de Deus, como se acha registrada em Deuteronômio, e não uma estipulação decorrente de um testamento e disposição de última vontade de Moisés. Deus, como Senhor da aliança, indica Josué, não Moisés como testador moribundo.

Ao apresentar suas razões para ver Deuteronômio como um documento testamentário, Kline cita um tratado assírio particular, em que o propósito do documento é assegurar a garantia da autoridade régia de Assurbanipal sobre as nações vassalas, depois da morte de Esar-Hadom (veja D. J. Wiseman, *The Vassal-Treaties of Esarhaddon* (Londres, 1958), p. i, ii, 4, 5ss.; 30ss.). Não parece muito apropriado empregar esse documento específico como meio para interpretar uma única estipulação dentro do livro de Deuteronômio. Uma estipulação de sucessão dentro de uma estrutura de aliança simplesmente não é o mesmo que um documento testamentário.

Kline também tenta interpretar a difícil passagem em Hebreus 9.16-17 mediante uma referência a essa suposta disposição testamentária relacionada à sucessão dinástica (p. 41). Entretanto, o assunto de Hebreus 9.15-20 não é a sucessão dinástica, mas o estabelecimento da aliança. É o sangue associado com a cerimônia do estabelecimento da aliança, não o sangue da morte de um testador, que esses versículos contemplam. Hebreus 9.16-17 não aparece entre colchetes, em um contexto de estabelecimento de aliança, como “alusão parentética” ao aspecto testamentário dinástico das antigas alianças de suserania. Em vez disso, esses versículos recordam vividamente o princípio de que uma “aliança” “torna-se firme” “sobre corpos mortos”, como literalmente se lê no versículo 17. Para uma ampla discussão sobre esses versículos em um contexto de aliança, veja abaixo, p. 141ss.

## **Aliança é um pacto de sangue soberanamente administrado**

Uma longa história marcou a análise das alianças em termos de acordos ou contratos mútuos.<sup>21</sup> Porém a erudição recente estabeleceu, de maneira razoavelmente certa, o caráter soberano da administração das alianças divinas na Escritura. Tanto as evidências bíblicas como as extrabíblicas indicam a forma unilateral do estabelecimento da aliança. Nada de barganha, troca ou contrato caracteriza as alianças divinas na Escritura. O soberano Senhor do céu e da terra dita os termos de sua aliança.

As sucessivas alianças da Escritura podem dar ênfase aos aspectos promissórios ou aos legais. Mas essa ênfase não altera o caráter básico da administração da aliança. Qualquer que seja a substância distintiva de uma aliança particular, o modo de administração permanece constante. Uma aliança é um pacto de sangue soberanamente administrado.

---

<sup>21</sup> Cf. a pesquisa de Murray, *op. cit.*, p. 5ss.